A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM OLHAR JURÍDICO

Por: André Felipe Carmo Vilarindo

As universidades públicas com o fulcro de se desenvolverem abusam da autonomia universitária, principalmente a administrativa, desse modo ultrapassam os limites de ação de um órgão público, ainda que da Administração Indireta. É notório que o desenvolvimento do ensino superior no país nas últimas décadas tem se apresentado como uma forma de qualificação e fortalecimento dos níveis de educação da população brasileira. Entretanto, tendo a Constituição Federal uma característica de ser dirigente, por indicar caminhos a serem traçados para o cumprimento de seus preceitos estabelecidos, não há como o Estado desobedecer ao chamado Princípio da Legalidade, ainda que por seus órgãos descentralizados. Embora as universidades públicas tenham autonomia universitária para gerir a sua estrutura, ainda é dependente do orçamento do Estado, o qual exerce a função de controle e supervisão de todos os seus atos. Assim, no presente trabalho, essas ações consideradas ilegais, consoante a Constituição Federal, foram estudadas a fim de buscar a solução para tal problema, pois se por um lado tem-se a necessidade de evolução e melhoria da educação superior no país, do outro se tem a rigidez ao cumprimento dos princípios atinentes ao Estado. É cediço que a Administração Pública não pode deixar de cumprir o que a lei determina, sob pena de agir por liberalidade com a justificativa de um crescimento desenfreado e sem controle daquilo que é desprendido de sua receita.

Palavras-chaves: Administração Pública, Princípio da Legalidade, Autonomia Universitária.